

Ataque de capivara no Arroio Dilúvio provoca debate na Capital

Criança de 8 anos estava com a mãe quando foi atacada enquanto observava os animais

/ MEIO AMBIENTE

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Há cerca de dois anos, a convivência com as capivaras no Arroio Dilúvio, próximo à orla do Guaíba, já caiu no cotidiano da cidade. Seja a passeio ou a caminho do trabalho, as pessoas estão acostumadas a ver os animais silvestres naqueles desníveis, sempre onde há pasto. Mas, mesmo inseridos no dia a dia, não são animais de estimação, ou dóceis ao ponto de acatar qualquer aproximação. Especialistas reforçam que elas estão ali por escolha, pois viram o entorno como adequado, e que, portanto, vivem uma vida selvagem, conforme sua natureza. Recentemente, uma criança foi atacada.

A advogada A.S. conta que estava, no final de abril, a passeio com sua filha, M.A., de oito anos, pelo entorno do Parque Marinha, quando viram as capivaras, junto dos filhotes no Dilúvio. Na ocasião, a criança foi mordida por um dos animais.

Eram cerca de cinco capivaras

adultas mais os filhotes, o que aumenta o alerta. Além de mãe e filha, havia um casal que também estava vendo os animais mais de perto, já na parte de baixo do arroio. A menina, então, pediu para se aproximar também. A mãe foi mais cautelosa, não deixou, mas permitiu que a filha se sentasse um nível acima, um pouco distante.

E foi esse o gatilho para que uma das capivaras adultas, quase que instantaneamente, corresse em direção da criança e lhe acertasse na panturrilha, pouco abaixo do joelho. O animal, ainda agitado, tentou de novo, mas foi espantado pela mãe e por outro casal que estava no entorno. A surpresa foi porque os adultos mais próximos saíram ilesos.

“A M.A. estava com um ferimento gravíssimo, exposto. Dava para ver a camada de gordura dela, um corte imenso”, conta a mãe. “Ela teve que fazer ponto interno, soro antirrábico dentro do machucado. Normalmente não dão ponto em mordida, mas no caso dela tiveram que dar porque foi um ferimento muito profundo”, completa.

Depois, conta que a filha ficou



Família de capivaras adotou o espaço, em meio à área urbana, para viver, onde estão há cerca de dois anos

três semanas afastada das atividades do cotidiano e que, por sorte, não restaram sequelas além da cicatriz. “A prefeitura, inclusive, entrou em contato comigo para confirmar que ela estava tomando as doses da vacina”, reforça a mãe.

A chefe da equipe de Fauna Silvestre da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus), Soraya Ribeiro, explica que as capivaras são vistas no Dilúvio, mas ocupam uma área muito grande, circulando pela região das Ilhas e por onde o pasto está melhor.

“Elas escolheram aquilo ali, não foram colocadas. Tanto que se reproduziram. E indicadores de bem-estar animal são ter alimento, sol, descanso e reprodução”, aponta a liderança. Também reforça que se os animais quiserem deixar o espaço, não estão presos e não serão retidos.

Soraya completa que órgãos como Smamus, Sema, Ibama e Brigada Ambiental se reuniram e chegaram à conclusão que realocá-las é muito difícil, já que o risco é maior e não é plausível sedá-las ou capturá-las. “Então nós moni-

toramos, porque no momento que uma população começa a ficar muito grande, ela começa a dispersar para outros lugares. Elas vão se auto-regulando”, completa.

Além disso, ela explica que foi estudado um cercamento do espaço onde elas circulam. No entanto, como as capivaras vão e vêm, a medida foi descartada por não ser efetiva. A principal orientação, portanto, é que todos mantenham distância e, caso queiram ver o animal, fiquem apenas na parte de cima do Dilúvio. “Nós mesmos ficamos só lá em cima do talude. Nas vezes que algum estagiário desceu, tomou uma corrida.”

O professor do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da Ufrgs, Demétrio Guadagnin, reforça que “não são animais de estimação”, e podem ser agressivos nestas circunstâncias por não estarem habituados com a convivência tão próxima dos humanos. Sobre este caso em específico, entende que “foi um instinto de defesa, ela interpretou aquilo como alguma agressão ou algo violento na perspectiva dela. Interpretou errado, mas por falta de habituação”.

Principalmente se há uma aproximação mais rápida, com várias pessoas, que não dá tempo de adaptação. Guadagnin afirma que trata-se de um animal territorial e familiar, com um macho alfa no grupo. Ademais, com filhotes junto, se aumenta a vigilância.

Sobre o ambiente em que estão inseridas, em uma área urbana, o professor entende que não é algo que influencie no comportamento do animal, que, no entanto, não ficará ileso a longo prazo. Ele explica que não há consequências imediatas de comportamento, e sim de longo prazo. Afirma que estão bebendo água do Dilúvio, que está cheio de substâncias tóxicas, o que significa que elas terão um câncer mais adiante e não vão ter uma vida longa.

Mesmo assim, o grupo irá permanecer, como indicam os filhotes. “Não é nenhuma surpresa elas estarem nessa periferia urbana. Elas fazem suas incursões em busca de novos territórios e em algum momento descobriram este lugar. Tem grama, estava desocupado e elas ocuparam. Devem permanecer por muito tempo”, frisa.

Comissão da Câmara aprova redução da maioria penal para 16 anos

/ JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 32/15) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos no Brasil.

A PEC recebeu 44 votos favoráveis e 18 contrários. O aval da comissão representa o primeiro passo da tramitação da proposta, que agora seguirá para análise de uma comissão especial antes de ser votada em dois turnos, no Plenário da Casa.

A aprovação do parecer favorável do relator, deputado Co-

ronel Assis (PL-MT), ocorreu após mais de duas horas de intenso debate. Para o relator, a medida é juridicamente viável, não viola as chamadas cláusulas pétreas da Constituição Federal, nem tratados internacionais.

A conclusão de Assis foi rebatida por deputados contrários à iniciativa, que argumentam que os direitos da infância e da juventude são cláusulas pétreas que não podem ser alteradas salvo com uma nova constituinte. “Esta é uma cláusula pétrea da Constituição. Ou seja, só pode ser modificada com uma nova Constituição. E não estamos aqui falando de uma nova Constituição, mas

sim de alterar a atual, modificando uma cláusula que não pode ser alterada”, alegou o deputado Tadeu Veneri (PT-PR), para quem a PEC, se aprovada no Congresso Nacional, será barrada no STF.

A deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP) endossou a tese de que a redução da maioria penal é uma resposta populista, eleitoreira e que não resolverá os graves problemas da segurança pública. “O pressuposto é que, com a entrada destes jovens no sistema penitenciário, e não mais no sistema socioeducativo, teremos uma punição mais severa e à altura das infrações que eles cometeram. Isto é uma

mentira. O índice de reentrada no sistema socioeducativo é de 23%. No sistema prisional é de 42%”, afirmou.

A parlamentar argumentou que, segundo dados oficiais, apenas 0,5% das infrações cometidas por adolescentes são consideradas crimes gravíssimos. “Estamos propondo alterar todo o tratamento dado aos adolescentes por causa de 0,5%. Quando este Congresso Nacional deveria estar se dedicando a identificar onde estamos falhando para que haja tantos jovens cometendo crimes em vez de estarem sentados nos bancos escolares”, ponderou Sâmia.

Defensor da proposta, o deputado Mendonça Filho argumentou que o correto seria submeter o tema a um referendo popular. Ele admitiu que a redução da maioria penal para 16 anos não vai resolver o problema da violência. Mas defendeu que, em conjunto com outros mecanismos legais, vai contribuir para o combate ao crime organizado.

“Cerca de 25% da população brasileira vive hoje sob a influência direta de milícias e de organizações criminosas que, inclusive, aliciam menores de 18 anos para praticar crimes porque, para elas, o custo de fazer isto é barato”, disse.